

RELATÓRIO & CONTAS 2017



Demonstrações Financeiras – 31 de Dezembro de 2017

Modernizar Para Melhor Servir



SISMO
Sistemas de Informação de
Segurança Social de Moçambique



RELATÓRIO & CONTAS|2017



Demonstrações Financeiras – 31 de Dezembro de 2017

Modernizar Para Melhor Servir

COMISSÃO DE CONTROLO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PARECER RELATIVO À CONTA ANUAL DE GESTÃO DO INSS DE 2017

Ao
**Conselho de Administração
Do Instituto Nacional
De Segurança Social**

Local

Homólogo

Francisco Feliciano Mazoio
Presidente do Conselho de Administração

Em cumprimento do disposto no nº 3 do Artigo 13 do Decreto nº 17/88, de 27 de Dezembro, conjugado com o nº 3 do Artigo 115 do Decreto nº 51/2017, de 09 de Outubro, a Comissão de Controlo do Conselho de Administração do INSS, apresenta o seu Parecer relativo à Conta Anual de Gestão do Instituto Nacional de Segurança Social, referente ao exercício económico findo em 31 de Dezembro de 2017.

Da análise à referida conta constata-se melhorias na gestão da Instituição, como resultado da implementação do módulo SISSMO-Pagamento (Sistema de Informações da Segurança Social de Moçambique), consubstanciado na diminuição da despesa e no crescimento da receita, bem como na redução do tempo de resposta aos pedidos dos utentes do sistema de segurança social obrigatória.

A implementação da plataforma M-Contribuição (Minha Contribuição, Meu Benefício) é uma mais-valia, pois permite aos beneficiários a monitoria da sua situação contributiva e possibilidade de efectuar requerimentos através dela, bem como alerta ao contribuinte sobre a necessidade de honrar com as suas obrigações atempadamente.

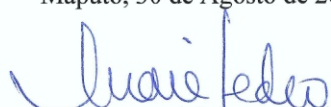
Foram criados e estão em consolidação os mecanismos para o registo contabilístico, que permitem a actualização e reconciliação do imobilizado.

As contas do INSS têm vindo a ser aprimoradas, no entanto, persistem desafios no que diz respeito a Rubrica de “outros devedores”, com saldos elevados havendo necessidade de recuperar os valores do INSS.

A Comissão de Controlo do Conselho de Administração do INSS é de parecer favorável à aprovação da Conta Anual do INSS do exercício económico de 2017, e recomenda à Direcção Geral do INSS, no sentido de:

1. Publicar a conta anual no prazo legalmente estabelecido;
2. Concluir as actividades de implementação do SISSMO, de forma a melhorar os mecanismos de arrecadação e controle de receitas de contribuições, e a resposta célere aos pedidos formulados pelos utentes do sistema;
3. Rever o plano de contas do INSS;
4. Efectuar a reconciliação com base mensal entre os valores apresentados na contabilidade e o mapa de amortização do imobilizado;
5. Implementar as recomendações do Auditor Externo.

Maputo, 30 de Agosto de 2018


Maria Rosel Salomão Pedro
Presidente da Comissão de Controlo

I – DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSS SOBRE A CONTA ANUAL DA SEGURANÇA SOCIAL DE 2017

Nos termos da alínea e) do artigo 8 do Decreto nº 17/88 de 27 de Dezembro, é função do Conselho de Administração, entre outras, deliberar sobre as Contas Anuais da Segurança Social relativas aos exercícios económicos.

Neste âmbito, o Conselho de Administração do INSS, reunido na sua 69ª Sessão Extraordinária, realizada no dia 30 de Agosto de 2018, apreciou as recomendações da Comissão de Controlo e do Auditor Externo sobre a Conta Anual da Segurança Social relativa ao ano de 2017 e a proposta de Aplicação de Resultados do mesmo exercício económico, submetidas pela Direcção Geral, tendo deliberado aprovar a sua publicação.

O Conselho de Administração do INSS observou que o relatório do Auditor Externo, sobre a Conta Anual de 2017, que constitui parte integrante da mesma, apresenta apreciação favorável às demonstrações financeiras apresentadas e desempenho financeiro do exercício findo, e notou que a Comissão de Controlo, na apreciação da Conta Anual de 2017, produziu excelentes recomendações à Direcção Geral para os exercícios subsequentes, com vista ao aperfeiçoamento da gestão.

Observou ainda que o Auditor Externo apresenta algumas limitações de ordem técnica para emissão da competente opinião, mas reconhece a existência de um trabalho em curso para a resolução das mesmas.

Assim, o Conselho de Administração continuará a acompanhar a implementação das recomendações do Auditor Externo e da Comissão de Controlo e estimulará a Direcção Geral no processo da dinamização das acções em curso, relativas à conclusão na implementação do SISSMO-Pagamento e à actualização do Plano de Contas do INSS, com vista a melhoria da sua gestão.

Maputo, 30 de Agosto de 2018

Francisco Feliciano Mazoio
Presidente do Conselho de Administração

Sede: Av. 24 de Julho nº 3549, 6º Andar * Tel.: 21 403010/25, Fax: 21 400918, Cel.: 82 327 2820 * Email: inss@inss.gov.mz * www.inss.gov.mz * C.Postal nº 2551 - Maputo

RELATÓRIO & CONTAS | 2017



Demonstrações Financeiras – 31 de Dezembro de 2017

Modernizar Para Melhor Servir

III. RESPONSABILIDADE DA DIRECÇÃO GERAL PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Direcção Geral do INSS é responsável pela preparação e correcta apresentação das demonstrações financeiras, que compreendem o Balanço a 31 de Dezembro de 2017, a demonstração de resultados do ano findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras que incluem um sumário das práticas contabilísticas e outras notas explicativas, de acordo com os princípios e práticas adoptadas pelo Instituto.

A responsabilidade da Direcção inclui o desenho, implementação e manutenção de políticas de controlo interno relevantes, que permitam a preparação e correcta apresentação de demonstrações financeiras que não possuam erros materiais relacionados com fraude ou erro de selecção e aplicação de práticas contabilísticas apropriadas, e elaboração de estimativas contabilísticas que sejam razoáveis nas circunstâncias.

A Direcção efectuou a avaliação da capacidade do Instituto continuar a operar com a devida observância do princípio de continuidade e não tem qualquer razão para acreditar que os negócios possam ser de alguma forma interrompidos no decorrer dos próximos exercícios económicos.

IV- RELATÓRIO TÉCNICO DA CONTA ANUAL

4.1. Introdução

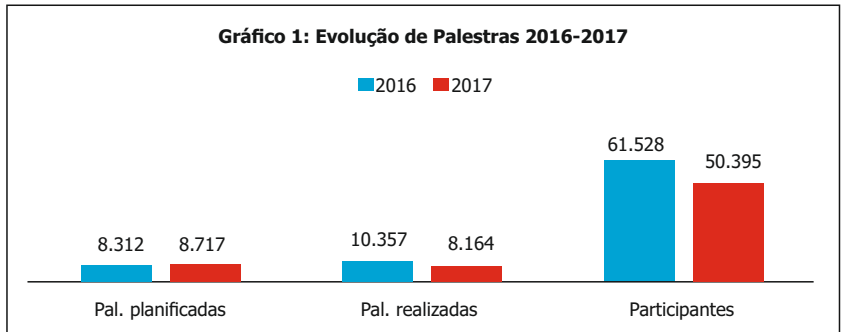
Nos termos do nº 2, do artigo 113 do Decreto nº 53/2007, de 3 de Dezembro, a Direcção Geral, apresenta a Conta Anual do Instituto Nacional de Segurança Social referente ao exercício de 2017, findo em 31 de Dezembro, que compreende o Balanço, a Demonstração de Resultados e respectivos Anexos.

4.2. Acções realizadas

Um dos principais objectivos do INSS é aumentar a cobertura contributiva do sistema. Para o efeito, têm sido realizadas várias actividades, das quais se destacam: (1) a divulgação do Sistema de Segurança Social Obratório (SSSO) com vista à sensibilização e informação dos contribuintes, beneficiários e o público em geral, através de palestras, seminários, publicidade nos principais órgãos de comunicação social (Jornais, Rádio e Televisão), página web, distribuição de desdobráveis visando transmitir a importância do sistema no que respeita aos benefícios que advêm da inscrição do trabalhador; (2) o alargamento do âmbito pessoal, através da inscrição de novos trabalhadores e contribuintes no regime por conta de outrem e de conta própria e enquadramento na Manutenção Voluntária no Sistema (MVS); (3) a abertura e/ou criação de novas direcções e representações distritais como forma de alargar os serviços do INSS o mais próximo dos seus utentes; e (4) o pagamento das diferentes prestações em vigor no INSS, quando satisfeitos os principais requisitos estabelecidos na lei e a realização de prova anual de vida.

a) Palestras

No período em análise foram realizadas 8.164 palestras nos locais de trabalho com a participação de 50.395 trabalhadores, representando um grau de realização na ordem de 93,7% em relação a meta planificada de 8.717 palestras. O impacto positivo das palestras nos contribuintes e beneficiários se traduziu no aumento do nível da consciência dos contribuintes e beneficiários relativamente aos seus deveres e direitos no âmbito do sistema de segurança social, o que, de certa forma, estará relacionado com o aumento de contribuintes activos e com a inscrição de novos contribuintes e beneficiários. Comparativamente ao ano anterior, em que foram realizadas 10.357 palestras com a participação de 61.528 trabalhadores, verifica-se uma redução do número de palestras e de participantes em 21,2% e 18,1%, respectivamente, conforme ilustra o gráfico abaixo.



a) Inscrição de Contribuintes e Beneficiários

B1. Regime dos Trabalhadores por Conta de Outrem (TCO)

No período em análise, foram inscritos 11.040 contribuintes e 95.325 beneficiários, o que representa um cumprimento do planificado (11.461 contribuintes e 82.272 beneficiários) na ordem de 96,3% e 115,9%, respectivamente.

O aumento do nível da consciência dos contribuintes e beneficiários através da sensibilização está relacionado, de certa forma, com os resultados positivos obtidos na inscrição de novos contribuintes e beneficiários e dos respectivos activos, por um lado, e, por outro, a intensificação da campanha de recuperação da dívida de contribuições, e da aceitação do SISSMO no seio dos contribuintes e beneficiários.

No cômputo geral, o desempenho observado foi positivo na inscrição de contribuintes, principalmente nas delegações de Maputo Cidade, Maputo Província, Gaza, Sofala, Zambézia e Nampula.

O incumprimento verificado nas delegações de Inhambane, Manica, Tete, Cabo delgado e Niassa é resultante de várias razões, com destaque para: a apresentação incompleta de documentos por parte de contribuintes; a pouca afluência de investidores em pequenas, médias e grandes empresas, aliado ao facto de maior número de empreendedores serem do regime dos TCP.

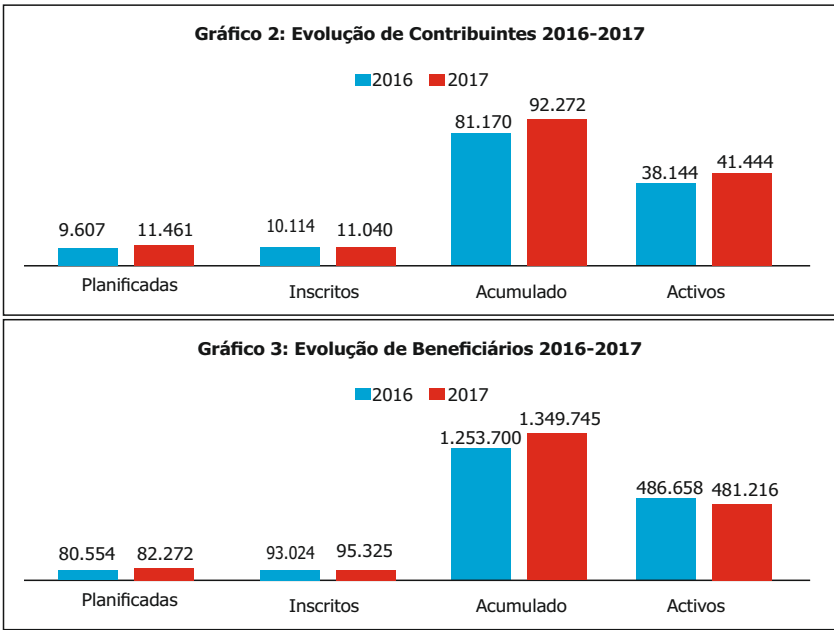
Relativamente aos beneficiários, o desempenho global foi positivo pese embora as delegações de Inhambane, Tete e Cabo Delgado não terem alcançado as metas planificadas.

No que diz respeito aos beneficiários, nas delegações acima referidas, são apontadas como principais razões do incumprimento, a inscrição de micro e pequenas empresas que empregam um número reduzido de trabalhadores, a admissão por parte das empresas de trabalhadores já inscritos no sistema (tratando se deste modo de mobilidade e não novas inscrições), a desaceleração da economia a nível das Províncias e com a conclusão dos projectos de implantação das empresas mineradoras.

Comparativamente ao período análogo, em que tinham sido inscritos 10.114 contribuintes e 93.024 beneficiários, verifica-se um crescimento de contribuintes e beneficiários na ordem de 2,5%, respectivamente.

Em termos de avaliação do desempenho, tendo em conta o previsto no Plano Quinquenal do Governo (2015-2019), temos inscrito até Dezembro de 2017 31.141 e 284.870 contribuintes e beneficiários por conta de outrem, dos 57.335 e 688.166 previstos até 2019, o que significa uma realização em 54,3% e 41,4%, respectivamente.

Quanto aos acumulados, o sistema regista 92.272 contribuintes e 1.349.745 beneficiários, dos quais estão no activo 41.444 contribuintes e 481.216 beneficiários. Estes dados significam que 44,9% de contribuintes e 35,6% de beneficiários do Sistema de Segurança Social Obrigatória tiveram as suas contribuições regularizadas, de acordo com os gráficos 2 e 3 abaixo.

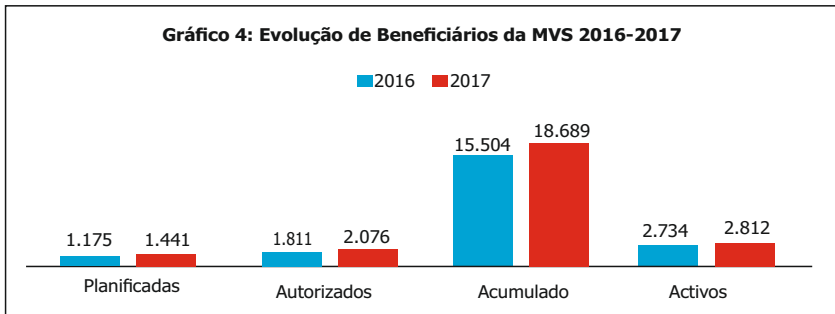


B2. Manutenção Voluntária no Sistema (MVS)

A situação de perda de emprego continua a constituir uma realidade cada vez mais manifesta na sociedade moçambicana e, por consequência, tem levado muitos beneficiários à situação de inactividade. Assim, como forma de dar seguimento ao processo iniciado aquando da sua inserção profissional como beneficiários, há um esforço de os manter na Segurança Social Obrigatório (SSO), através da MVS.

Deste modo, no período em análise, foram autorizados à MVS 2.076 beneficiários, contra os 1.441 planificados, representando uma realização na ordem de 144,1%. Em acumulado, regista-se um total de 18.689 beneficiários autorizados, dos quais estão no activo 2.812, o equivalente a 15,0% do total dos acumulados.

Relativamente ao período homólogo, em que haviam sido autorizados 1.811 beneficiários, dos quais 2.734 eram activos, verifica-se um crescimento de autorizados e dos activos em 14,6% e 2,8%, respectivamente, conforme o gráfico 4 que segue.



B3. Regime dos Trabalhadores por Conta Própria (TCP)

O Diploma Ministerial nº 105/2015, de 27 de Novembro, alarga o âmbito de cobertura do sistema, dando oportunidade para que milhares de trabalhadores, exercendo actividades no sector não formal e no auto-emprego passem também a ter acesso à segurança social, com destaque para a protecção na velhice.

Para o efeito, durante ao período em análise, foram inscritos 12.158 trabalhadores, o que representa uma realização do planificado na ordem de 91,2%, pois estava prevista a inscrição no sistema de 13.318 novos trabalhadores por conta própria.

Em termos de inscrição dos Trabalhadores por Conta própria superamos a meta do Quinquénio em 94%, pois foram inscritos 23.281 dos 12.000 previstos.

Em acumulado registam-se 23.579 TCP, dos quais 12,38% (2.919 TCP) se encontram no activo. Relativamente ao ano anterior, em que foram inscritos 11.424 TCP, dos quais 2.494 no activo, verifica-se o crescimento de inscritos e activos na ordem de 6,43% e 17,0%, respectivamente.

a) Abertura de Direcções e Representações Distritais

No período em análise não se verificou a abertura de nenhuma Direcção (Delegação) ou Representação distrital, por conseguinte, o INSS está representado em todas as capitais provinciais e continua a contar com 11 Delegações Provinciais, 22 Direcções Distritais e 45 Representações Distritais.

b) Prova Anual de Vida

A Prova de Vida, que consiste na comprovação física da existência dos pensionistas com vista a poderem manter o direito às prestações concedidas pelo Sistema de Segurança Social, é um dever estabelecido ao abrigo do disposto no nº 1 do artigo 89 do Regulamento da Segurança Social Obrigatória, aprovado pelo Decreto nº 53/2007, de 3 de Dezembro.

É de periodicidade anual e obrigatória, sendo um processo bastante simples e rápido em que o pensionista deverá apresentar o seu documento de identificação nos locais de atendimento disponíveis ao nível de todas as delegações provinciais e podendo ser domiciliária para os casos de pensionistas fisicamente incapacitados de se fazerem presentes aos locais de sua realização.

O Processo da realização de Prova Anual de Vida, decorreu no período de Janeiro a Abril, com a previsão de realização de prova de vida a 51 376 pensionistas a nível nacional, dos quais 50 337 pensionistas realizaram a prova de vida até 31/12/17. Porém, após o prazo da prova anual de vida, em Abril, tinham sido suspensos 6080 pensionistas, contudo, tendo em conta as medidas de identificação e realização da prova de vida dos pensionistas que não realizaram dentro do prazo, foi possível reduzir a cifra para 1039 até o final do ano de 2017, como resultado de acções coordenadas pelos sectores de Auditoria e Contencioso, Auditoria Interna e Administradores do Conselho de Administração do INSS.



4.3. Acções em curso

O INSS continuou a desenvolver todo um conjunto de acções concertadas com vista a criar condições necessárias que lhe permitam obter uma opinião de auditoria não modificada sobre a sua Conta Anual. Há uma forte incidência dessas acções no processo de informatização e modernização do sistema, bem como efectuar reforma legais que permitam adequar a actividade do INSS aos padrões de qualidade mais elevados, tudo na perspectiva de melhorar os serviços prestados aos utentes salvaguardando os princípios de segurança social obrigatória.

Durante o exercício de 2017 procedeu-se com a consolidação da implantação e implementação do SISSMO – fase-II (Pagamento) que permitirá o processamento e pagamento de prestações electronicamente, tendo se iniciado com a migração dos pagamentos, na fase piloto, com a Delegação Provincial do INSS em Inhambane no mês de Novembro. Este processo permitirá a flexibilização dos processos de prestações e de todas as solicitações para com o Sistema. Contudo, ainda estão em curso algumas acções que gostaríamos de destacar:

a) Está em curso o processo de recolha de dados para a elaboração do estudo actuarial pelos técnicos internos, contando com o apoio técnico da Organização Internacional do Trabalho – OIT. De referir que estes técnicos beneficiaram-se de formação sobre esta matéria pelo que a cooperação com os técnicos especializados da OIT vai permitir a consolidação dos conhecimentos obtidos durante a formação em ciências actuariais.

b) Está a se trabalhar no sentido de criar interface entre o sistema administrativo e financeiro e SISSMO para permitir a contabilização das transacções de contribuições e prestação do sistema de segurança social com pouca intervenção humana, o que concorre para a mitigação de erros e omissões.

c) No concernente ao imobilizado, foi terminou-se com o processo de levantamento, avaliação e valorização do mesmo e os respectivos resultados estão integrados nas presentes Demonstrações Financeiras. Foram também inauguradas recentemente três Delegações Distritais, nomeadamente de Montepuez em Cabo Delgado, de Monapo em Nampula e de KaMubukwane na cidade de Maputo.

d) Rescindiou-se uma série de contratos com inquilinos que não honravam com os pagamentos e consequentemente os processos foram submetidos às instâncias de administração da Justiça.

4.4. Receitas

As Receitas Correntes situaram-se em MT 12.332.010.693, tendo aumentado em 23,96% comparativamente ao ano anterior (2016: MT 9.956.647.828), sendo que o valor relativo do crescimento é a média da ponderação das variações entre as receitas, nomeadamente, de contribuições, de vendas, financeiras correntes, suplementares, acção sanitária e social e de outras receitas, na ordem de 13,64%, -21,34%, 64,01%, -37,10%, 8,15% e -40,05%,

RELATÓRIO & CONTAS|2017



Demonstrações Financeiras – 31 de Dezembro de 2017

Modernizar Para Melhor Servir

respectivamente. Com sistematização de procedimentos no processo da colecta de contribuições inseridos no projecto SISSMO, resultou na redução da receita relativa a venda de impressos, nomeadamente, folhas de remunerações e guias de depósito, em 21,34% comparativamente ao ano de 2016.

De referir que as contribuições constituem a principal fonte de receita do Sistema de Segurança Social Obrigatória gerido pelo INSS.

4.5. Despesas Correntes

As Despesas Correntes do período foram de MT 5.585.882.878 sendo de considerar:

a) Despesas Técnicas com Prestações

As Despesas Técnicas (pensões do regime) apresentaram uma execução de MT 3.724.460.916 tendo registado um aumento de 11,98% comparativamente ao exercício anterior (2016: MT 3.325.893.165), decorrente sobretudo da subida do número de pensionistas e do reajuste do valor das pensões.

b) Despesas Administrativas

As Despesas Administrativas e de Funcionamento apresentaram uma execução de MT 1.861.421.962, tendo-se verificado um aumento em MT 64.494.324, comparativamente ao exercício anterior (2016: MT 1.796.927.638), o que representa em termos relativos 3,59%.

c) Amortizações e Reintegrações do Exercício

O valor total das Amortizações e Reintegrações do Exercício foi de MT 638.082.290, o que comparativamente com o exercício anterior (2016: MT 791.658.342) representa uma diminuição de MT 153.576.052, equivalente a 19,40%.

d) Custos das Existências Vendidas e Consumidas

Esta rubrica apresentou um saldo nulo, como resultado de não ter havido consumo dos impressos vendáveis devido a sistematização dos processos no âmbito do projecto SISSMO.

e) Provisões

Para o presente exercício económico, o reforço das provisões situou-se nos MT 166.918.093, sendo que tais provisões foram criadas para cobertura de outros riscos.

4.6. Despesas de Capital

As despesas com investimentos registaram uma execução de MT 5.364.875.962.

a) Despesas de Capital Produtivo

As despesas com o capital produtivo tiveram uma execução de MT 5.013.447.050, constituídas fundamentalmente pela reabilitação do Hotel Girassol, construção do edifício OPWAY e compra de obrigações de tesouro.

b) Despesas de Capital de funcionamento

As Despesas de Capital de funcionamento tiveram uma execução de MT 351.428.911.



AO
INSTITUTO NACIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL
MAPUTO

Tel: 258 21 300720
Fax: 258 21325091
Email: bdo@bdo.co.mz
www.bdo.co.mz

Av. 25 de Setembro
nº 1230,3º andar Bloco 5
Maputo-Moçambique
CP 4200

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do INSTITUTO NACIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL, que compreendem o balanço em 31 Dezembro 2017 (que evidencia um total activos de MZN 32 105 151 940 e um total de fundo próprio de MZN 30 352 728 990, incluindo um resultado líquido de MZN 6 162 952 609), a demonstração dos resultados, a demonstração das alterações no fundo e a demonstração dos fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, excepto quanto aos possíveis efeitos das matérias descritas nos parágrafos 1 a 3 na secção *Base para Opinião com Reservas*, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do INSTITUTO NACIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL em 31 de Dezembro 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com os Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites em Moçambique, tal como disposto no Plano Geral de Contabilidade Adaptado para a actividade do Instituto.

Base para a opinião com reserva

1 Conforme referido na nota 7.1.h das Notas às Demonstrações Financeiras, as receitas de Contribuições são reconhecidas no momento do respectivo recebimento. Por outro lado, os procedimentos de controlo implementados pela entidade para captura, registo e controlo dos montantes em dívida por parte dos contribuintes, continuam a não ser suficientes para garantir que todos os montantes em dívida por parte dos contribuintes encontram-se adequadamente reconhecidos. Esta situação consubstancia uma limitação no âmbito do nosso trabalho.

2 Constatamos que a entidade não efectuou a avaliação dos edifícios, adquiridos recentemente, de modo a apurar o seu justo valor. Adicionalmente, para diversas empreitadas, constatamos que foram efectuados pagamentos na quase totalidade dos valores contratados, sem que as obras estivessem concluídas. Estas situações, aliadas à instabilidade do mercado imobiliário, não nos permite assegurar se estes activos tangíveis não se encontram em imparidade.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique (OCAM). Somos independentes da Entidade nos termos das Normas de Éticas dos Contabilistas Profissionais Código e Ética da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da OCAM.



INSTITUTO NACIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfases

Sem afectar a nossa opinião, chamamos a atenção para os seguintes factos:

- A estrutura conceptual de relato financeiro adoptada e o Plano de contas em uso na entidade não são os mais adequados face às actividades desenvolvidas e às recentes alterações nos normativos contabilísticos nacionais e internacionais.
- De acordo com o número 2, do artigo 105 do Decreto 53/2007, devem ser efectuadas avaliações quinquenais (estudo actuarial) do equilíbrio financeiro do sistema de Segurança Social, tendo em vista a necessidade de ajustamento das taxas e/ou fixação de novas condições para a constituição das reservas (número 5, do artigo 111 do Decreto 53/2007). Embora o estudo esta em curso, a falta de actualização deste instrumento não nos permite aferir sobre a sustentabilidade do sistema.
- Constatamos que a entidade não procede à reconciliação periódica das reservas do ramo pensões, tendo efectuado o acréscimo de MZN 1 393 196 866 apenas em 2018, para efeitos meramente contabilísticos. Adicionalmente, não nos foram apresentadas as actas do Conselho de Administração sobre esta matéria.
- Constatamos que foram efectuadas contratações sem a observância dos critérios definidos no Decreto de Lei 05/2016 de 08 de Março.

Informação distinta das demonstrações financeiras e do relatório de auditoria sobre as mesmas

A Administração é responsável pela outra informação. A outra informação compreende as informações incluídas no relatório anual, mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a outra informação e não expressamos qualquer tipo de garantia de fiabilidade sobre essa outra informação. No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura da outra informação e, em consequência, considerar se essa outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria ou se aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efectuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatem sobre esse facto. Não temos nada a relatar sobre este facto.



INSTITUTO NACIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL

Responsabilidades da Administração e dos Encarregados da Governação pelas Demonstrações Financeiras.

A Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com os Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites em Moçambique, tal como disposto no Plano Geral de Contabilidade Adaptado para a actividade do Instituto, e pelo controlo interno que ela determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, a Administração é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que a Administração tenha a intenção de liquidar a entidade ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

Os encarregados da governação são responsáveis pela supervisão do processo de relato financeiro da entidade.

Responsabilidades do auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Os nossos objectivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são considerados materiais se, isolados ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores, tomadas na base dessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria, e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos a prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido a erro dada que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.
- Obtemos uma compressão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a apropriação no uso, pela gerência, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade da entidade em continuar as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso-relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam



INSTITUTO NACIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL

adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que a entidade descontinue as operações.

Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificado durante a auditoria.

BDO (MOÇAMBIQUE), LDA

Sociedade de Auditores Certificados, nº 02/SAC/OCAM/2012, representada por:

BDO

Engagement Partner: Abdul Satar A. Hamid
Auditor Certificado: 01/CA/OCAM/2012

Maputo, 14 de Agosto de 2018

O Director da DAF

Jaime Custódio Nhavene
(Técnico Superior N1)

O Director Geral

Alfredo Simão Simione Maujele
(Técnico Superior N1)

RELATÓRIO & CONTAS 2017



Demonstrações Financeiras – 31 de Dezembro de 2017

Modernizar Para Melhor Servir

VI – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

VI.i. Balanço

Balanço	Notas	Valores em Meticais	
		31/12/2017	31/12/2016
Activos			
Caixa	7.2	743.243	575.658
Bancos	7.2	15.451.648.608	12.061.389.676
Contribuições e Adicionais a depositar	7.2	0	130.603
Contribuintes	7.3	1.319.955.752	1.513.434.957
Devedores p/ Rendimentos e Amortizações	7.4	514.620.651	153.509.609
Devedores p/ Prestações a Pagar a Beneficiários	7.5	94.891.527	94.262.809
Devedores/ Prestações a repor ou a reembolsar	7.6	2.041	2.041
Outros Devedores	7.7	395.552.485	238.968.626
Existências	7.8	0	3.589.781
Imobilizado Corpóreo e Incorpóreo	7.9	8.643.144.613	6.679.392.821
Imobilizações Financeiras	7.10	5.673.548.752	3.626.096.156
Despesas Antecipadas	7.11	11.044.267	808.907
		32.105.151.940	24.372.161.642
Passivo			
Despesas c/ População Activa - Prestações a pagar	7.12	90.336.918	101.380.777
Despesas com Pensões – Prestações a pagar	7.13	23.501.870	14.490.191
Despesas c/ Subsídio P/Morte - Prestações a pagar	7.14	11.464.913	11.518.214
Despesas com Acção Sanitária e Social	7.15	621.862	696.919
Prestações em Prescrição	7.16	49.461.737	56.637.044
Sector Público Estatal	7.17	33.829.300	17.261.216
Fornecedores	7.18	38.487.790	72.125.421
Adjudicatários com Cauções	7.19	2.152.140	522.000
Outros Credores	7.20	182.291.919	34.765.489
INSS - Contribuições e Adicionais	7.21	1.320.114.343	1.513.593.547
Receitas Antecipadas	7.22	160.159	160.159
		1.752.422.950	1.823.150.977
Situação Líquida			
RESERVAS DE SISTEMA	7.24	19.816.331.603	16.578.190.283
Reserva do Ramo de Doença		443.111.985	327.566.290
Reserva do Ramo de Morte		1.004.379.034	849.783.636
Reserva do Ramo de Pensões		7.178.126.284	5.247.766.374
Reservas Geral do Sistema		11.190.714.300	10.153.073.983
RESERVAS DE CAPITAL		1.684.256.593	43.490.876
Para Edifícios e Outras Construções		43.027.629	43.027.629
Para Equipamento Industrial	-	67.676	67.676
Para Material de Transporte		530.923	530.923
Para Excedente de Revalorização		1.640.765.716	0
RESULTADOS TRANSITADOS		2.689.188.185	3.238.141.320
		24.189.776.381	19.859.822.480
Resultados Líquidos de Exercício		6.162.952.609	2.689.188.186
Total de Fundos Próprios		30.352.728.990	22.549.010.665
Total do Passivo e da Situação Líquida		32.105.151.940	24.372.161.642

VI.iii. MAPA DE FLUXOS DE CAIXA

Mapa de Fluxos de Caixa – Exercício de 2017	2017	2016
Fluxo de caixa de actividades operacionais		
Resultado Líquido	6.162.952.609	2.689.188.186
Variação do activo		
Diminuição/aumento de contas a receber		
Contribuintes	193.479.205	-779.316.557
Devedores p/ Rendimentos e Amortizações	-361.111.042	88.799.921
Devedores p/ Prestações a Pagar a Beneficiários	-628.718	-2.277.775
Devedores/ Prestações a repor ou a reembolsar	0	0
Outros Devedores	-156.583.860	20.766.835
Diminuição/aumento de existências	3.589.781	0
Diminuição/aumento de outros activos correntes Desp. Antecipadas	-10.235.360	341.989
Variação do Passivo		
Aumento/diminuição de contas a pagar		
Despesas c/ População Activa - Prestações a pagar	-11.043.860	21.320.606
Despesas com Pensões	9.011.679	2.621.845
Despesas c/ Subsídio P/Morte - Prestações a pagar	-53.300	9.807.188
Despesas com Acção Sanitária e Social	-75.058	430.163
Prestações em Prescrição	-7.175.307	-4.775.160
Sector Público Estatal	16.568.084	-14.403.622
Fornecedores	-33.637.631	62.882.289
Outros Credores	147.526.430	12.142.458
INSS - Contribuições e Adicionais	-193.479.205	779.316.557
Aumento/diminuição deferimentos e outro passivo corrente	0	0
Fluxo de caixa líquido das actividades operacionais	5.759.104.448	2.886.844.924
Fluxo de caixa de actividades de investimento		
Imobilizações Financeiras	-2.047.452.596	-1.497.895.669
Imobilizado Corpóreo e Incorpóreo	-322.986.076	-585.867.805
Fluxo de caixa líquido das actividades de investimento	-2.370.438.671	-2.083.763.474
Fluxo de caixa de actividades de financiamento		
Adjudicatários com Cauções	1.630.140	522.000,00
Fluxo de caixa líquido das actividades de financiamento	1.630.140	522.000,00
Fluxo de caixa total das operações, investimento, e financiamento	3.390.295.916	803.603.449,96
Variação da caixa e seus equivalentes	3.390.295.916	803.603.450
Variação da caixa e seus equivalente no início do período	12.062.095.936	11.258.492.486
Variação da caixa e seus equivalentes no final do período	15.452.391.852	12.062.095.936

VI. iv. MAPA DE MUTAÇÃO DE VALORES

Cont. MAPA DE MUTAÇÃO DE VALORES

DESIGNAÇÃO	EXERCÍCIO(N) 2017	EXERCÍCIO(N-1) 2016	VARIAÇÕES	
			PARA+	PARA-
PASSIVO				
GRUPO I				
DÉBITO A CURTO PRAZO				
Desp. C/Pop. Activa – Prest. Pagar	90.336.918	101.380.777	0	11.043.860
Desp. Com Pensões	23.501.870	14.492.204	9.009.666	0
Desp. C/Sub. Morte Prest. A Pagar	11.464.914	11.518.214	0	53.300
Despesas C/Acção Sanitária Social	621.862	701.919	0	80.058
Prestações Em Prescrição	49.461.737	56.637.045	0	7.175.307
Sector Público Estatal	33.829.300	17.261.216	16.568.084	0
Fornecedores	38.487.790	72.125.421	0	33.637.631
Adjudicatários com Cauções	2.152.140	522.000	1.630.140	0
Outros Credores	182.291.919	34.765.489	147.526.430	0
Contrib. E Adicionais a Receber	1.320.114.343	1.513.593.547	0	193.479.205
TOTAL DO GRUPO I	1.752.262.792	1.822.997.832	174.734.320	245.469.361
GRUPO II				
Amortizações Reintegrações	1.057.518.728	1.039.103.355	18.415.372	0
TOTAL	1.057.518.728	1.039.103.355	18.415.372	0
RECEITAS ANTECIPADAS				
Receitas Antecipadas	160.159	160.159	0	0
	160.159	160.159	0	0
SITUAÇÃO LÍQUIDA				
Provisões	3.668.717.292	3.525.954.017	142.763.276	0
Reservas do Sistema	19.816.331.603	16.578.190.283	3.238.141.320	0
Reservas de Capital	1.684.256.593	43.490.876	1.640.765.716	0
Resultados Transitados	2.689.188.185	3.238.141.320	0	548.953.135
Resultados Líquidos	6.162.952.609	2.689.188.185	3.473.764.423	0
TOTAL DA SITUAÇÃO LÍQUIDA	34.021.446.282	26.074.964.682	8.495.434.735	548.953.135
TOTAL DO GRUPO II	35.079.125.169	27.114.228.196	8.513.850.108	548.953.135
TOTAL DO PASSIVO + SITUAÇÃO LÍQUIDA	36.831.387.961	28.937.226.028	8.688.584.428	794.422.495

VII - NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

7.1 Políticas contabilísticas e critérios valorimétricos adoptados

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos e critérios valorimétricos definidos no Plano de Contas Específico para o Sistema de Segurança Social, aprovado por Despacho Ministerial de 30 de Outubro de 1990.

As Notas às demonstrações financeiras foram preparadas tendo por base formatos geralmente adoptados em Moçambique, com as necessárias adaptações, de forma a facilitar a sua leitura e compreensão.

As principais políticas contabilísticas e critérios valorimétricos mais significativos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras foram os seguintes:

(a) Custo histórico

As contas foram preparadas em observância do princípio da convenção do custo histórico, exceptuando determinadas contas cujo método de registo vem expressamente referido.

(b) Débitos e Créditos em moeda externa

Os activos e passivos assumidos em moeda externa foram convertidos para MT à taxa de câmbio do BIM do dia em que se efectuaram as transacções. Os ganhos e perdas apurados nas datas dos pagamentos e recebimentos, bem como a actualização dos saldos em aberto no final do exercício, são reconhecidos na conta Resultados Extraordinários do Exercício.

(c) Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros estão registados ao custo de aquisição, líquidos de perdas por imparidade acumuladas.

(d) Activo Imobilizado Corpóreo

O Activo Imobilizado Corpóreo encontra-se registado ao custo de aquisição, acrescido das despesas adicionais de compra e instalação, com excepção dos bens transferidos do extinto Fundo de Acção Social no Trabalho (FAST), que foram registados com base em avaliações independentes, líquido das amortizações acumuladas.

(e) Activo Imobilizado Incorpóreo

O Activo Imobilizado Incorpóreo, representado por encargos plurianuais e trespasse, encontra-se registado ao custo de aquisição, líquido de amortizações acumuladas.

VI.ii. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Demonstração de Resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017			
	Notas	Valores em Meticais	
		31/12/2017	31/12/2016
PROVEITOS			
Contribuições do regime	7.25	8.661.925.390	7.622.189.358
Outras receitas	7.26	3.670.085.303	2.334.458.470
		12.332.010.693	9.956.647.828
CUSTOS			
Pensões do Regime	7.27	3.724.460.916	3.325.893.165
Despesas Administrativas	7.28	1.861.421.962	1.796.927.639
Amortizações e reintegrações de Exercício	7.29	638.082.290	791.658.342
Provisões do Exercício	7.30	166.918.093	3.234.091.934
		6.390.883.261	9.148.571.079
Resultados correntes do Exercício		5.941.127.432	808.076.749
Resultados Extraod. Exercício (Líquidos)	7.31	-37.503.737	172.095.316
Resultados Imputáveis a Exerc. Anter (Líquidos)	7.32	259.328.914	1.709.016.121
Resultados Líquidos do Exercício	7.33	6.162.952.609	2.689.188.186



RELATÓRIO & CONTAS 2017



Demonstrações Financeiras – 31 de Dezembro de 2017

Modernizar Para Melhor Servir

(f) Amortizações

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, utilizando as taxas máximas previstas na legislação fiscal em vigor, que se considera representarem de forma satisfatória a vida útil estimada dos bens.

As taxas de amortizações mais importantes são as seguintes:

Edifícios	2%
Equipamento de Transporte	20% - 25%
Outros meios imobilizados	10% - 16,7%
Equipamento informático	14,28%
Encargos plurianuais	33,3%

(g) Existências

As existências estão valorizadas ao custo médio ponderado.

(h) Receitas de Contribuições

A taxa de contribuições vigente e obrigatória é de 7%, sendo 4% a cargo das entidades empregadoras e 3% suportada pelos trabalhadores.

As contribuições são reconhecidas e registadas no momento em que são recebidas.

(i) Despesas com Prestações do Regime e Acção Sanitária Social

As despesas com prestações e acção sanitária social são reconhecidas no acto de emissão das ordens de pagamento.

(j) As Receitas e Despesas diferentes das em h) e i)

As restantes receitas e despesas são reconhecidas e registadas no momento da liquidação, ou seja, formalmente documentadas, ou quando a transferência de usufruto dos correspondentes direitos e/ou obrigações já se efectivou.

7.2 DISPONIBILIDADES		
Disponibilidade	Valores em meticais	
	31/12/2017	31/12/2016
Caixa	743.243	575.658
Bancos		
Depósitos a ordem	12.146.324.582	5.228.134.866
Depósitos a prazo	5.808.717.799	9.307.760.110
Total bancos Bruto	17.955.042.381	14.535.894.976
Provisões p/ outros riscos (Nota 6,23)	- 2.503.393.773	- 2.474.505.300
Total bancos	15.451.648.608	12.061.389.676
Contribuição e adicionais à depósitos	0	130.603
	15.452.391.852	12.062.095.937

7.3 CONTRIBUINTES

O saldo da rubrica de Contribuintes, no montante de MT 1.319.955.752 (2016: MT 1.513.434.957), representa o valor contabilístico em dívida dos cerca de 92.272 contribuintes inscritos no Sistema de Segurança Social, sendo que deste total apenas 41.444 são activos, o qual resulta da diferença entre as folhas de remunerações declaradas e as efectivamente pagas através das guias de depósito. Inclui ainda as multas, Juros de mora e o valor dos cheques devolvidos pelos bancos não regularizados à data do balanço.

7.4 Devedores por Rendimentos e Amortizações

O saldo da rubrica de Devedores por rendimentos e amortizações, no montante de MT 514.620.651 (2016: MT 153.509.609), compreende os créditos sobre terceiros representativos de rendimentos e amortizações a receber, sendo que, em referência a 31 de Dezembro de 2017, respeita à especialização de juros de depósitos à ordem e a prazo, juros de obrigações e bilhetes de tesouro, bem como dos dividendos relativos ao presente exercício, mas pagos no exercício seguinte.

7.5 Devedores por Prestações a Pagar a Beneficiários

O saldo desta rubrica, no montante de MT 94.891.527 (2016: MT 94.262.809), representa o valor das prestações pagas por centralizadores, cujas relações não haviam sido devolvidas ao Instituto à data do encerramento das contas. Comparativamente ao exercício anterior aumentou em 0,67%.

7.6 Devedores por Prestações a Repor ou a Reembolsar

O saldo desta rubrica, no montante de MT 2.041 (2016: MT 2.041), representa a dívida de beneficiários relativa às prestações processadas e pagas indevidamente, sendo que, parte destas ou no seu todo, deve ser reembolsada ao Instituto.

7.7 Outros Devedores

O saldo da rubrica de Outros devedores, no montante de MT 395.552.485 (2016: MT 238.968.625), diz respeito aos movimentos com terceiros não abrangidos por qualquer das contas precedentes desta classe. Relativamente ao ano anterior, representa um aumento de MT 156.596.672, e provisão para a cobertura dos riscos para devedores inadimplentes ascendia a MT 250.731.756. A tabela a seguir apresenta a decomposição do saldo:

Outros Devedores	Valores em Metical	
	31/12/2017	31/12/2016
Adiantamento ao Pessoal	22.453.732	18.841.656
Saneamento	6.591.166	6.777.749
Ministério Trabalho, Emprego e Segurança Social	0	12.813
Delegações	96.321.132	51.231.940
Alienação de Viaturas	5.051.316	1.751.023
Outros Devedores Diversos	515.866.894	444.651.371
Total Bruto	646.284.241	523.266.551
Provisão p/ Devedores Diversos	-250.731.756	-284.297.926
Total Líquido	395.552.485	238.968.625

7.8 EXISTÊNCIAS

Todas as folhas de remunerações, guias de depósitos modelo “A” e brochuras de legislação sobre o Sistema foram contabilizados como perda, por terem entrado em desuso.

7.9 Imobilizado Corpóreo e Incorpóreo

No presente exercício, de entre várias realizações registadas nesta rubrica, destaca-se a conclusão do edifício do APARTHOTEL , Direcções Distritais de Monapo e de Montepuez, Casa Protocolar do Director Distrital de Montepuez e a Reavaliação Patrimonial dos Edifícios; Equipamentos e Mobiliários.

Imobilizado	Valores em Meticais				
	31/12/2017	Novas Aquisições	Transferências	Abates/AR directa	31/12/2016
Terrenos e recursos Naturais	195.189	0	0	0	195.189
Edifícios e outras construções	5.095.402.523	1.640.765.716	588.710.712	0	2.865.926.094
Material de Transporte	430.149.794	3.975.299	0	4.045.071	430.219.566
Equip. Admin.e Mob. Diverso	444.068.806	47.447.420	0	195.915.526	592.536.912
Estudos e consultorias	95.745.205	214.568.205	0	152.424.172	33.601.171
Outros Bens Imobilizados	32.929.100	0	0	40.069	32.969.169
SISSMO	238.846.926	211.620.282	0	267.186.423	294.413.067
Imobilizações em Curso	3.348.175.693	686.299.496	-588.710.712	0	3.250.586.909
Custos Plurianuais	15.150.105	7.873.652	0	210.771.645	218.048.098
Total Bruto	9.700.663.342	2.812.550.071	0	830.382.906	7.718.496.176

Amortizações Acumuladas	31/12/2017	Amortizações do Exercício	Abates/AR directa	31/12/2016
Terrenos e recursos Naturais	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	567.762.818	102.110.031	169.610.183	296.042.604
Material de Transporte	253.706.179	103.216.562	-175.816.778	326.306.394
Equip. Admin.e Mob. Diverso	219.853.383	54.408.147	-227.671.646	393.116.882
Outros Bens Imobilizados	16.196.348	3.292.910	-10.734.037	23.637.475
Trespasse	0	0	0	0
Amortização directa (403 & 405)	0	375.054.639	0	0
Total Amortizações	1.057.518.728	638.082.290	-244.612.278	1.039.103.355

Total Líquido	8.643.144.613	6.679.392.821
----------------------	----------------------	----------------------

7.10 IMOBILIZAÇÕES FINANCEIRAS

A conta das Imobilizações Financeiras para o presente exercício económico foi reavaliada em função do desempenho específico das Sociedades Participadas, sendo que a posição financeira é de MT 5.673.548.751, (2016: 3.626.096.156), tendo-se registado MT 743.443.147 como perdas por impardades acumuladas e MT 263.818.077 em potenciais ganhos, a sua composição está conforme a tabela que se segue:

IMOBILIZAÇÕES FINANCEIRAS	Valores em Meticais			
	Valor Reavaliado 2017	Valor ao custo histórico 2017	Valor Reavaliado 2016	Valor ao custo histórico 2016
BIM - Banco Internacional de Moçambique	1.418.738.904	222.780.900	1.163.565.315	222.780.900
Obrigações e Bilhetes de Tesouro	3.342.034.560	3.342.034.560	1.416.303.000	1.416.303.000
Ex - Nosso Banco	0	452.983.947	0	452.983.947
MCS - Moçambique Companhia de Seguros	2.941.853	3.992.700	3.206.042	3.992.700
CDM - Cervejas de Moçambique	162.377.800	162.198.288	142.593.099	162.198.288
C.M.Hidrocafonetos	554.042.737	66.176.550	545.398.249	66.176.550
Epsilon	200.659.283	182.256	200.659.283	182.256
Banco nico	68.546.704	66.747.000	52.168.927	61.403.000
Ceta	74.824.431	366.212.000	74.824.431	366.212.000
Sub-Total	5.824.166.272	4.683.308.201	3.598.718.346	2.752.232.641
Perdas por imparidade	743.443.147	0	773.997.505	0
Total Bruto	6.567.609.419	4.683.308.201	4.372.715.850	2.752.232.641
Provisão p/ Participações Financeiras	-894.060.668	-894.060.668	-746.619.694	-746.619.694
Total Líquido	5.673.548.751	3.789.247.533	3.626.096.156	2.005.612.947

7.11 DESPESAS ANTECIPADAS

O saldo de Despesas antecipadas, no montante de MT 11.044.267 (2016: 808.907), representa as despesas liquidadas no exercício e que dizem respeito ao ano seguinte, dentre elas e inclui o valor de impressos armazenados na sede destinados às delegações provinciais. Este montante é líquido da provisão (MT: 20.528.324) para a cobertura do risco de perda de impressos vendáveis por terem entrado em desuso, como consequência da modernização e informatização do Sistema, em curso.

7.12 Despesas com População Activa - Prestações a Pagar

O saldo desta conta, no montante de MT 90.336.918, representa os valores retidos pelos centralizadores para pagamento de prestações aos beneficiários. Comparativamente ao exercício anterior (2016: MT 101.380.777) diminuiu em MT 11.043.860.

7.13 Despesas com Pensões – Prestações a Pagar

O saldo desta conta, no montante de MT 23.501.870, representa o valor das pensões processadas e não reclamadas pelos legítimos beneficiários antes da entrada em prescrição. Comparativamente ao exercício anterior (2016: MT 14.490.191) aumentou em MT 9.011.679.

7.14 Despesas com Subsídio por Morte – Prestações a Pagar

O saldo desta conta, no montante de MT 11.464.913, representa o valor dos subsídios por morte processados, que à data de encerramento do exercício findo em 31 de Dezembro, ainda não haviam sido pagos. Comparativamente ao exercício anterior (2016: MT 11.518.214), a conta diminuiu em MT 53.300.

7.15 Despesas com Acção Sanitária e Social

O saldo desta conta, no valor de MT 621.862 (2016: MT 696.919), é referente às despesas processadas e ainda não pagas, destinadas a atender carências específicas das famílias e da comunidade. Em relação ao exercício anterior, diminuiu em MT 75.058.

7.16 Prestações em Prescrição

O saldo desta conta, no montante de MT 49.461.737 (2016: MT 56.637.044), representa as prestações processadas nas contas pagadoras precedentes desta, que, no entanto, não foram ainda reclamadas, aguardando o prazo legal de prescrição (prazo de prescrição igual a três anos). Relativamente ao ano anterior, diminuiu na ordem de MT 7.175.307.

7.17 Sector Público Estatal

Esta rubrica regista as operações inerentes à liquidação de taxas, contribuições, quotizações à administração Central e Local e outros organismos afins. O seu saldo ascende a MT 33.829.300 (2016: MT 17.261.216), o que comparativamente a 2017 representa uma diminuição de MT 16.568.084.

7.18 Fornecedores

O saldo desta conta, no valor de MT 38.487.790 (2016: MT 72.125.421), representa os encargos assumidos e não liquidados no exercício, referentes a fornecimentos por terceiros de bens e serviços, o que comparativamente a 2017 representa um aumento de MT 33.637.631.

RELATÓRIO & CONTAS 2017



Demonstrações Financeiras – 31 de Dezembro de 2017

Modernizar Para Melhor Servir

7.19 Adjudatários com Cauções

O saldo desta conta, no valor de MT 2.152.140 (2016: MT 522.000),, representa o valor das garantias bancárias dos fornecedores e de outros devedores credores diversos, o que comparativamente a 2017 representa um aumento de MT 1.630.140.

7.20 Outros Credores

O saldo desta conta, no montante de MT 182.291.919 (2016: MT 34.765.489), representa os movimentos com terceiros não abrangidos por qualquer uma das contas precedentes desta classe.

A tabela a seguir demonstra a composição do saldo:

Outros Credores	Valores em Metical	
	31/12/2017	31/12/2016
Fundo dos Funcionários do INSS	1.470.094	419.747
Contribuições a Restituir	3.656.779	4.601.793
Credores Diversos	177.165.047	29.743.948
Total	182.291.919	34.765.489

7.21 INSS - Contribuições e Adicionais

O saldo desta conta, no montante de MT 1.320.114.343 (2016: MT 1.513.593.547), indica a diferença entre as contribuições efectivamente recebidas através das guias de depósito e as declaradas nas folhas de remunerações. Comparativamente ao exercício anterior aumentou em MT 193.479.205.

7.22 Receitas Antecipadas

As receitas antecipadas ascenderam a MT 160.159 (2015: MT 160.159) e dizem respeito às receitas recebidas no exercício, cujo proveito só será reconhecido no exercício seguinte.

7.23 Provisões

O saldo de Provisões, que à data de 31 de Dezembro de 2017 ascendia a MT 3.668.717.292, encontra-se a deduzir às rubricas de balanço pelo montante de MT 2.772 respeitante a contribuintes de cobrança duvidosa, MT 250.528.324 no que respeita a créditos de cobrança duvidosa, MT 2.503.393.773 no que respeita a depósitos à ordem, MT 20.528.324 respeitante a perdas de impressos vendáveis e MT 894.060.668 no que respeita a imobilizações financeiras. (Nota 6.2, 6.3, 6.7, 6.10 e 6.11).

7.24 Reservas

Não estando determinado por lei o aumento do valor do activo imobilizado bem como da cobertura actuarial dos regimes de prestação social não compreendidos no Sistema de Segurança Social, não foram criadas as Reservas de Reavaliação de Imobilizações e Reservas Matemáticas, respectivamente, nos termos definidos nos artigos nºs 38 e 39, do Diploma Ministerial n.º 45/90, de 9 de Maio.

Contudo, para o presente exercício de 2017, efectuou-se uma reclassificação qualitativa das reservas técnica, de modo a observar o prescrito no artigo 111 do Decreto nº 53/2007, de 03 de Dezembro, transferindo o montante de MT 1.393.196.886, da reserva geral de sistema para a reserva do ramo de pensões.

A conta de reservas compreende as reservas técnicas e de capital, como ilustra o quadro abaixo:

Descrição	Valores em Meticais	
	31/12/2017	31/12/2016
Reservas Técnicas		
Ramo de Doença	443.111.985	327.566.290
Ramo de Prestações p/ Morte	1.004.379.034	849.783.636
Ramo de Pensões	7.178.126.284	5.247.766.374
Reservas Gerais de Sistema	11.190.714.300	10.153.073.983
Total Bruto	19.816.331.603	16.578.190.283
Reservas de Reavaliação de Imobilizado	1.684.256.593	43.490.876
Edifícios e outras construções	43.027.629	43.027.629
Equipamento Industrial	-67.676	-67.676
Equipamento de Transporte	530.923	530.923
Excedente de Revalorização	1.640.765.716	
Total Líquido	21.500.588.196	16.621.681.159

De acordo com a tabela acima, o saldo das reservas observou um aumento na ordem de 26,35%, se comparado com o período anterior.

7.25 Contribuições do Regime

Regista-se nesta conta o valor das contribuições arrecadadas no exercício, provenientes do regime geral e de outros regimes abrangidos pelo sistema, o qual é distribuído pelos ramos doença, pensões, morte e administração, de acordo com as percentagens legalmente definidas. Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, a receita de contribuições foi de MT 8.661.925.390 (2016: MT 7.622.189.358), representando um aumento na ordem de 13,64% em relação ao ano de 2016.

7.26 Outras Receitas

A conta de outras receitas apresenta-se como segue:

Descrição	Valores em Meticais		É NECESSÁRIO	Ã
	31/12/2017	31/12/2016		
Outras Receitas				
Vendas	31.833	40.471	-8.638	-21,34%
Receitas Financeiras Correntes	3.472.299.165	2.117.124.780	1.355.174.384	64,01%
Receitas Suplementares	45.350.812	72.099.906	-26.749.094	-37,10%
Receitas de Acção Sanitária e Social	146.661.911	135.615.779	11.046.132	8,15%
Outras Receitas	5.741.582	9.577.534	-3.835.952	-40,05%
Total Bruto	3.670.085.303	2.334.458.470	1.335.626.832	57,21%

Vendas – Regista as vendas de folhas de remunerações, guias de depósitos modelo “A” e brochuras da legislação de Segurança Social.

Transferências – Engloba as importâncias transferidas da Inspeção do Trabalho resultantes da aplicação do Diploma Ministerial nº 21/90, de 21 de Fevereiro.

Receitas Financeiras Correntes – Regista os juros vencidos de depósitos à ordem, depósitos a prazo, juros de obrigações de tesouro, Rendimentos de aplicações em Papeis Comerciais, diferenças de câmbio favoráveis e dividendos resultantes de participações em sociedades.

Receitas Suplementares – Regista os proveitos que resultam de arrendamento de imóveis do INSS e do património do Ex-FAST, nomeadamente edifício Sede, edifício de Chimoio, edifício de Lichinga, Pousada de Chóckwe, Fabrica de Refeições de Maputo e Centro de Repouso de Namaacha, Condomínio Mulala *Residence*, Centro de Conferência Regional de Gaza.

Receitas com Acção Sanitária e Social – Regista o valor das prestações prescritas (processadas e não reclamadas dentro do prazo legal de prescrição), e os proveitos resultantes da aplicação de multas e juros de mora.

Outras Receitas – Regista o valor da venda de cadernos de encargo e outros proveitos não cobertos pelas contas precedentes desta classe.

Complementando o atrás descrito, o quadro a seguir sintetiza a estrutura das receitas e a sua evolução, no biénio 2017/2016:

Descrição	Valores em Meticais		IMPARIDADE	
	31/12/2017	31/12/2016	É NECESSÁRIO	Ã
Receitas Correntes				
Contribuições	8.661.925.390	7.622.189.358	1.039.736.032	13,64%
Vendas	31.833	40.471	-8.638	-21,34%
Receitas Financeiras Correntes	3.472.299.165	2.117.124.780	1.355.174.384	64,01%
Receitas Suplementares	45.350.812	72.099.906	-26.749.094	-37,10%
Receitas de Acção Sanitária e Social	146.661.911	135.615.779	11.046.132	8,15%
Outras Receitas	5.741.582	9.577.534	-3.835.952	-40,05%
Total Bruto	12.332.010.693	9.956.647.828	2.375.362.865	23,86%

7.27 Prestações do Regime

As Prestações do Regime compreendem o pagamento de despesas abrangidas pelo Sistema de Segurança Social, previstas na lei do mesmo Sistema, as quais se apresentam como segue:

Descrição	Valores em Meticais		Variação	
	31/12/2017	31/12/2016	Absoluta	%
Prestações do Regime				
Despesas c/ População Activa (doença)	2.554.13.819	2.550.596.175	4.817.644	1,92%
Despesas com Pensões	3.253.551.982	2.853.159.497	400.392.485	14,03%
Despesas com Subsídio por Morte	201.061.145	205.375.106	-4.313.961	-2,10%
Despesas com Acção Sanitária e Social	14.433.970	16.762.387	-2.328.417	-13,89%
Total Bruto	3.724.460.916	3.325.893.165	398.567.751	11,98%

7.28 Despesas Administrativas

As Despesas Administrativas compreendem as despesas correntes de funcionamento e outras de capital, conforme a seguir se apresenta:

Despesas Administrativas	Valores em Meticais		Variação	
	31/12/2017	31/12/2016	Absoluta	%
Fornecimentos e serviços de terceiros	332.729.418	305.713.005	27.016.413	-19,03%
Despesas com Pessoal	1.526.294.750	1.488.539.458	37.755.292	10,11%
Despesas Financeiras	450.044	1.275.114	-825.070	42,45%
Outras Despesas e encargos	1.947.750	1.400.061	547.689	-80,86%
Total Bruto	1.861.421.962	1.796.927.638	64.494.324	3,59%

Complementando o atrás descrito, o quadro abaixo sintetiza a estrutura das despesas e a sua evolução no biénio 2017/2016.

Evolução das Prestações de Regime e Despesas Administrativas	Valores em Meticais		Variação	
	31/12/2017	31/12/2016	Absoluta	%
Despesas com População Activa (doença)	255.413.819	250.596.175	4.817.644	1,92%
Despesas com Pensões	3.253.551.982	2.853.159.497	400.392.485	14,03%
Despesas com Subsídio por Morte	201.061.145	205.375.106	-4.313.961	-2,10%
Despesas com Acção Sanitária e Social	14.433.970	16.762.387	-2.328.417	-13,89%
Administrativas	1.861.421.962	1.796.927.638	64.494.324	3,59%
Total Bruto	5.585.882.878	5.122.820.803	463.062.075	9,04%

7.29 Amortizações e Reintegrações do Exercício

As Amortizações e Reintegrações do Exercício em análise ascenderam a MT 638.082.290 (2016: MT 791.658.342), sendo que a diminuição verificada resulta do facto de não ter havido um aumento considerável de novas aquisições de activos.

7.30 Provisões e Perdas por Imparidade do Exercício

O valor total das Imparidades criadas no exercício foi de MT 166.918.093, (2016: MT 3.234.091.934) e tiveram como finalidade a cobertura de outros riscos, decorrentes da extinção do Nosso Banco, onde o INSS tinha interesse nas diversas áreas de investimentos, conforme a tabela abaixo.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Imparidades		
Imobilizações Financeiras	-	647.415.520
Outros Devedores e Credores	166.918.093	87.031.602
Depósitos a Ordem	-	2.499.644.811
Total	166.918.093	3.234.091.934

7.31 Resultados Extraordinários do Exercício

O saldo desta conta é devedor, no montante de MT 37.503.737, (2016: MT 172.095.316 Credor), compreende as operações que não fazem parte da actividade normal do Instituto.

7.32 Resultados Imputáveis a Exercícios Anteriores

O saldo desta conta é credor no montante de MT 259.328.914 (2016: MT 1.709.016.121 Credor), compreende as regularizações respeitantes a exercícios anteriores, incluindo, nomeadamente, a recuperação de processamento de custos e proveitos não reconhecidos nos exercícios a que dizem respeito.

7.33 Resultado Líquido do Exercício

O Resultado líquido do exercício corresponde ao crédito entre os custos mais perdas e proveitos acrescidos de ganhos, registados durante o exercício, totalizando MT 6.162.952.609, (2016: MT 2.689.188.186). Refira-se que o resultado apresentado corresponde a um aumento em relação ao exercício anterior na ordem de 129,18%. De referir que o este saldo inclui as valorizações do capital aplicado nas sociedades participadas, num valor total de MT 263.818.077, pelo que o mesmo não será sujeito aplicado aos resultados, tendo em conta que não constitui ainda um ganho mas sim potencial ganho.

VIII – Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos de disposto nos nºs 1 a 3 do artigo 111, do decreto nº 53/2007, de 3 de Dezembro, propõe-se a seguinte aplicação dos Resultados do Exercício, conforme se ilustra no quadro abaixo:

Proposta de Aplicação de Resultados	
Descrição	Valores em Meticais
Reserva Ramo Doença	218.750.196
Reserva Ramo Morte	183.239.365
Reserva Ramo Pensões	1.398.221.947
Reserva Geral do Sistema	4.098.923.024
Resultado Líquido	5.899.134.532

O Director da DAF

Jaime Custódio Nhavene
(Técnico Superior N1)

O Director Geral

Alfredo Simão Simione Mauaie
(Técnico Superior N1)